

COOPTAÇÃO NEOLIBERAL DO DISCURSO SOCIOAMBIENTAL: um estudo de caso sobre a concessão do saneamento básico no Rio de Janeiro

Gustavo do Amaral Loureiro¹
Ana Flávia Nunes Ribeiro²

Resumo simples

O objetivo deste artigo é averiguar a instrumentalização de grupos neoliberais ao discurso socioambiental para a promoção de políticas de desestatização, a partir de um estudo de caso das audiências públicas, organizadas pelo Estado do Rio de Janeiro, que antecederam a concessão dos serviços de saneamento no Estado do Rio de Janeiro, até então prestados pela Cedae. As audiências, realizadas em 2020, foram marcadas por embates que opuseram, principalmente, promotores da desestatização contra defensores de maior intervenção estatal. Entretanto, em ambos os lados, as pautas socioambientais foram utilizadas como forma de reforçar suas posições, sendo apresentadas, inclusive, como críticas à suposta ineficiência do Estado para garantir os direitos humanos, a proteção dos recursos hídricos e o combate ao racismo ambiental, contrariando as experiências internacionais do setor do saneamento.

Resumo expandido

Com o fim da Guerra Fria, os debates internacionais começaram a focar mais intensamente em questões relacionadas aos direitos humanos, ao meio ambiente e, especialmente, às mudanças climáticas. Um marco significativo nesse movimento foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), que sinalizou o começo de uma era onde as questões climáticas ganharam destaque em conferências internacionais e legislativas nacionais. No Brasil, a ECO-92 foi uma chance para reposicionar a imagem do país globalmente, influenciando a inclusão de questões ambientais na política externa de diferentes governos, de Fernando Collor a Dilma Rousseff. No entanto, a implementação efetiva de políticas ambientais no Brasil democrático ainda enfrenta desafios, como mencionado por Löwy (2014).

Nesse sentido, em 2020, o Brasil aprovou a Lei nº 14.026, um novo marco legal do saneamento básico proposto pelo governo de Jair Bolsonaro. Essa legislação visava liberalizar o setor de saneamento, permitindo a entrada de capital privado. Isso foi sustentado por ideais neoliberais que criticavam a operacionalidade do setor público, promovendo a desestatização como solução

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e bacharel em Relações Internacionais pelo Unilasalle-RJ. Pesquisador vinculado ao Centro Interinstitucional de Análise de Políticas Sociais (CIAPSoc).

² Graduanda em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora vinculada ao Centro Interinstitucional de Análise de Políticas Sociais (CIAPSoc) e ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Qualidade de Governo e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (QualiGov).

para ineficiências percebidas. A deliberação desta legislação esteve embasada em necessidades socioambientais, utilizando o discurso de universalização do acesso a água e esgoto como justificativa, embora tenha sido vista como um avanço dos interesses do capital privado. Paralelamente, este movimento é percebido como parte de uma agenda mais ampla de mercantilização de recursos naturais, que, segundo da Rocha e de Oliveira (2023), é disfarçada de responsabilidade socioambiental.

Assim, a partir das informações apresentadas, este trabalho questiona de que maneira os discursos socioambientais, quando utilizados de forma isolada, sem diálogo com a produção científica em relação aos movimentos de desestatização e mercantilização do saneamento básico, podem ser utilizados por grupos neoliberais para promover uma agenda contraprodutiva e promover políticas públicas ineficazes na concretização destes próprios princípios. De tal maneira, estabelece-se como objetivo deste trabalho apurar, identificar e analisar os discursos proferidos por agentes públicos e privados em processos de desestatização, com o intuito de investigar os argumentos e estratégias construídos por organizações interessadas e seus respectivos representantes.

Visando atingir o objetivo aqui proposto, este trabalho desenvolve um estudo de caso envolvendo processos de desestatização. A seleção do Rio de Janeiro como caso a ser estudado se deu não somente por seu histórico complexo e denso — como capital nacional por grande parte da história brasileira, o Rio de Janeiro possui uma extensa trajetória de políticas de saneamento, que precedem a própria independência de Portugal, e sua região metropolitana é marcada por uma grande assimetria socioeconômica entre os municípios e dentro dos próprios, formatando, assim, um espaço urbano em que há o centro, as periferias urbanas, periferias distantes e as favelas, que existem como comunidades com realidades profundamente particulares, constantemente negligenciadas pelo poder público e alvejadas pela violência estatal (Marques, 1996; Rezende; Heller, 2008; da Rocha; de Oliveira, 2023) — mas, também, por ser o cenário de um projeto de desestatização considerado pela sua instituição idealizadora, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como um exemplo a ser seguido em todo o país (MPRJ, 2020a).

Desta forma, os dados foram coletados de atas de audiências públicas e transcrições, que permitiram a análise das representações institucionais e o posicionamento das entidades envolvidas. Foram selecionadas e utilizadas as atas das duas primeiras audiências públicas, disponibilizadas pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) e, a terceira audiência pública, por não contar com qualquer ata disponível para amplo acesso, foi transcrita, com auxílio da aplicação Turbo Scribe, a partir do vídeo disponibilizado no YouTube pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

As falas e discursos proferidos por agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil e do mercado, foram avaliadas em busca de julgamentos de valor sobre a participação do Estado e do capital privado na prestação dos serviços públicos, da mercantilização dos recursos naturais e da abertura do setor do saneamento para o capital estrangeiro e o mercado; e, por outro lado, sobre questões relacionadas ao planejamento e execução de projetos voltados para a preservação ambiental, a utilização mais eficiente e sustentável dos recursos naturais, a adaptação climática e a remediação das assimetrias resultantes dos processos de racismo ambiental. Estas informações foram processadas e tratadas com apoio do software Data Network Analysis (DNA), auxiliando na elaboração do diagnóstico sobre o problema de pesquisa apresentado por este trabalho.

Essa estrutura de análise revelou um viés homogêneo favorável à privatização entre os representantes, incluindo instituições como o BNDES e a PGE-RJ. Foi observado que os debates revelaram preocupações ambientais, mas foram frequentemente utilizados para sustentar a eficiência do setor privado em relação ao público, alegando melhorias nos serviços de água e esgoto e destacando falhas da administração pública, especialmente da companhia estadual de água, Cedae. Críticas ao passado foram direcionadas para gestões anteriores sem envolver o governo em exercício.

Uma visão crítica emergiu especificamente das entidades de fora da mesa diretiva das audiências. Sindicatos, universidades e ONGs destacaram o risco de a desestatização comprometer a universalização dos serviços de saneamento. Houve menções recorrentes ao racismo ambiental e às desigualdades socioeconômicas que historicamente moldaram as áreas urbanas periféricas e favelas do Rio de Janeiro. Diante disso, o discurso que sustentava a privatização foi contestado por preocupações relacionadas à falta de planejamento para adaptação climática e à mitigação das mudanças climáticas nos planos de concessão. Além disso, questões como a eficácia da regulação, accountability e controle social surgiram, destacando os desafios da fragilidade das estruturas regulatórias estaduais.

Portanto, a análise dos eventos sublinhou uma desconexão entre os objetivos declarados das políticas de concessão pública e a realidade percebida pelos diversos atores envolvidos, um índice de que a agenda neoliberal predominante pode não estar alcançando os resultados prometidos em termos de sustentabilidade socioambiental e justiça social. O caso do Rio de Janeiro, oferece uma visão crítica sobre o uso de discursos ambientais para justificar políticas que podem priorizar interesses econômicos em detrimento do bem comum.

Referências:

Ata de Audiência Pública. Projeto de Universalização dos Serviços Públicos de Saneamento Básico. *MPRJ*, 25 jun. 2020. Disponível em:

<https://transparencia.mprj.mp.br/documents/20184/3752133/ATA_AUD_PUB_250620.pdf>.

DA ROCHA, A.S.; DE OLIVEIRA, L.D. Ecologia política e saneamento básico: análise a partir da periferia metropolitana do Rio de Janeiro. *Ateliê Geográfico*, v. 17, n. 1, 2023.

GOVERNO RJ. “3ª Audiência Pública de Concessão da Cedae | 4/8”. *YouTube*, 4 ago. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e3NCl_pYAwU>. Acesso em 5 out. 2024.

LÖWY, M. Ecosocial Struggles of Indigenous Peoples. *Capitalism Nature Socialism*, v. 25, n. 2, 2014.

MARQUES, E.C. Equipamentos de saneamento e desigualdades no espaço metropolitano do Rio de Janeiro. *Cad. Saúde Públ.*, v. 12, n. 2, 1996, p. 181-193.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (MPRJ). Ata da 2ª Audiência Pública - Projeto de Universalização dos Serviços Públicos de Saneamento Básico. *MPRJ*, 6 jul. 2020. Disponível em:

<https://transparencia.mprj.mp.br/documents/3750031/3752133/ATA2AUDPUBCEDAE_CompletaeRevisada.pdf>. Acesso em 5 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Realização progressiva dos direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário: Relatório do Relator Especial sobre os direitos humanos à água potável e ao esgotamento sanitário*. Nova York: ONU - Conselho de Direitos Humanos, 8 jul. 2020.

REZENDE, S.C.; HELLER, L. *O saneamento no Brasil: Política e interfaces*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2ª ed., 2008.